

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT08.006

ALFABETIZAÇÃO: DA BNCC A UM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA

Adriana Rafacho da Cunha Oliveira

RESUMO

Este trabalho trata das concepções de alfabetização presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Currículo Paulista e nos documentos dessa política adotados por um município do interior paulista. A BNCC é um documento oficial, de caráter normativo, norteador e prescritivo, que define o conjunto das aprendizagens essenciais para todos os alunos brasileiros. A partir desta foram elaborados os currículos estaduais e municipais, a fim de garantir uma adequação à realidade local. Em nosso estudo o currículo analisado será o Currículo Paulista (elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo) e como concepção de alfabetização é proposta e apropriada por um município paulista, que segue o currículo estadual. Nesta pesquisa, analisaremos por meio da pesquisa documental, as concepções da política de alfabetização a partir da implantação da BNCC, perpassando o Currículo Paulista e findando na análise da apropriação deste último em um município do interior paulista. O objetivo geral é identificar as concepções de alfabetização subjacentes na Base Nacional Curricular Comum, no Currículo Paulista e nos documentos de uma Secretaria de Educação de um município do interior do estado de São Paulo. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa documental, realizada a partir de documentos de âmbito federal, estadual e municipal. Os dados da pesquisa serão analisados à luz do referencial teórico de Stephen Ball, com base nos ciclos de políticas educacionais, podendo a partir deste, caracterizar o processo da política de alfabetização em três facetas, a política proposta, a política de fato e a política em uso, identificando as concepções de alfabetização nas esferas: federal, estadual e municipal.

Palavras-chave: Alfabetização, BNCC, Implementação, Currículo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca ampliar e aprofundar a discussão sobre a concepção de alfabetização a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a um município do interior paulista, analisando documentos oficiais como a própria BNCC, o Currículo Paulista, utilizado e apropriado pelo município em estudo.

A Política Pública de Alfabetização em uso atualmente, e está inserido no campo das políticas educacionais, que de acordo com a Constituição Federal de 1988, preceitua o Artigo 6º, a educação como um dos direitos sociais como proteção à infância, assim como no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

O processo de alfabetização é uma das mais importantes etapas do desenvolvimento educacional da criança. No Brasil, ele é desenvolvido de acordo com as instruções normativas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento aprovado em 2017, pelo Conselho Nacional de Educação, que norteia os objetivos de aprendizagens para todos os estudantes brasileiros, de modo que tenha todos os seus direitos de aprendizagem garantidos e desenvolvimento, de acordo com orientações do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). A Base traz no componente curricular de Língua Portuguesa, o tema da alfabetização, em que afirma que deve ser uma continuidade das aprendizagens familiares e da educação infantil; prioriza que a alfabetização deve ser concluída nos dois primeiros anos do ensino fundamental inicial (1º e 2º anos).

Ressaltamos que este estudo possui abordagem qualitativa, do tipo documental, realizada a partir de documentos de âmbito federal, estadual e municipal. Os dados da pesquisa foram analisados à luz do referencial teórico de Stephen Ball, sociólogo inglês, com base nos ciclos de políticas educacionais, que de acordo com Mainardes (2006) é utilizado como um referencial teórico-analítico para o estudo de políticas educacionais. A partir desta análise será possível caracterizar o processo da política de alfabetização em três facetas: a política proposta, a política de fato e a política em uso, se enquadrando na implantação da política de alfabetização. De acordo com Mainardes (2006), a primeira faceta

refere-se à política oficial. A política de fato é constituída pelos textos políticos e legislativos que dão forma à política e a política em uso são os discursos e as práticas institucionais dos profissionais que atuam no nível da prática.

Nosso problema de pesquisa consiste em analisar como a política de alfabetização é concebida nas três esferas, a política federal, a estadual, e a municipal (de um determinado município paulista). Segundo Santos (2018) a alfabetização tornou-se uma preocupação do campo político a partir de 1889, com a Proclamação da República e a necessidade da organização da instrução pública, e vem, ao longo dos anos, sofrendo transformações de acordo com as políticas educacionais vigentes.

Para a execução do trabalho, o objetivo geral é identificar as concepções de alfabetização subjacentes na Base Nacional Curricular Comum, no Currículo Paulista e nos documentos de uma Secretaria de Educação de um município do interior do estado de São Paulo. Para tanto, utilizaremos os documentos oficiais que prescrevem o modelo de alfabetização a ser seguido em cada um deles.

Em consonância os objetivos específicos são:

- Identificar os pressupostos teóricos sobre alfabetização subjacentes à BNCC e ao PNA, indicando possíveis aproximações e distanciamentos entre os documentos;
- Identificar os pressupostos teóricos sobre a alfabetização subjacentes ao Currículo Paulista, e analisar os documentos que norteiam a implantação do Currículo Paulista no município a ser analisado;
- Relacionar as concepções de alfabetização nas esferas: federal, estadual e municipal.

Esperamos que a pesquisa contribua para um melhor entendimento da concepção de alfabetização presente na BNCC e seus desdobramentos nos diferentes níveis de governo. Além disso, a pesquisa poderá identificar possíveis tensionamentos e desafios na implementação da política de alfabetização, bem como propor sugestões para a melhoria das práticas pedagógicas e a formação de professores.

A pesquisa trará resultados que poderão beneficiar tanto os gestores educacionais quanto os profissionais da educação, ao fornecer informações sobre as práticas de alfabetização adotadas, bem como sobre as necessidades espe-

cíficas do município em relação à implementação da BNCC nessa etapa da educação.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, utilizando como método a análise documental e está inserida no campo de políticas públicas educacionais. De acordo com Gil (2008, p. 45 apud Cechinel, 2016, p.2), a pesquisa documental se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

A pesquisa documental é um procedimento metodológico muito utilizado em ciências humanas e sociais, visto que a maior parte das fontes escritas são a base do trabalho de investigação. De acordo com o objeto de estudo e dos objetivos, a pesquisa documental pode se constituir como principal caminho de concretização da investigação ou como instrumento metodológico complementar. Igualmente, permite realizar análises qualitativas sobre determinado fenômeno, mas também é possível fazer análises quantitativas, quando se analisam bancos de dados com informações numéricas. (Sá-Silva et al, 2009).

Para a realização da pesquisa, seguimos as seguintes etapas: definir os objetivos da pesquisa documental, ou seja, quais perguntas pretendemos responder a partir da análise dos dados; organizar o material, ou seja, definir categorias que sejam pertinentes aos objetivos do trabalho; analisar as informações, que compreende a política nacional de alfabetização, ao final da pesquisa, já com as fontes organizadas e classificadas, fazer a análise das informações e relacioná-las aos questionamentos previstos na formulação do problema de pesquisa.

A partir da leitura destes documentos e da bibliografia utilizada, foram realizados registros descritivos sobre cada um dos objetivos específicos, culminando na análise à luz do referencial teórico metodológico de Stephen Ball, que é um método para análise de políticas, que inicialmente surgiu em 1992. De acordo com Mainardes (2006), a abordagem do “ciclo de políticas”, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade

de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (Mainardes, 2006, p.49).

Ball (1992) apresenta este método como um instrumento heurístico, como uma proposta flexível, que veio contrapor com os modelos lineares que eram utilizados até a década de 1990. O autor traz em seus escritos o compromisso de seu trabalho com os professores, os sindicatos e os movimentos educacionais. O pesquisador nos faz refletir sobre a importância de seu trabalho no campo da política educacional, assim como a sua clareza de que seu trabalho é sempre inacabado e provisório, conduzindo-nos a pesquisar e a procurar compreender sempre mais sobre o campo das políticas educacionais. (Lopes, 2011)

O método surgiu a partir dos interesses de Stephen Ball e Bowe (1992) em estudar a reforma educacional e a implementação do currículo nacional da Inglaterra, e a priori foi concebido em três facetas, a política proposta (oficial), a política de fato (textos) e a política em uso (prática). Mais tarde os autores verificaram que era preciso reformular o método, pois o consideravam muito fechado e apresentaram uma nova proposta, também em três esferas, porém distintas das primeiras, o contexto de Influência, o contexto de produção de texto, e o contexto da prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização através da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca (Freire, 1981, p 13).

Freire (1981), na citação acima, afirma que a alfabetização é uma questão política e não um problema de linguística, nem pedagógico ou metodológico, como vem sendo discutido há tempos.

Ao pesquisarmos sobre a questão da alfabetização podemos verificar que desde há muito tempo é um problema social, pois de acordo com (Machado de Assis 1876 apud Mortatti 2021, p.56) “a nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler, desses uns 90% não leem letra de mão, 70% jazem em profunda ignorância”. Durante a história da alfabetiza-

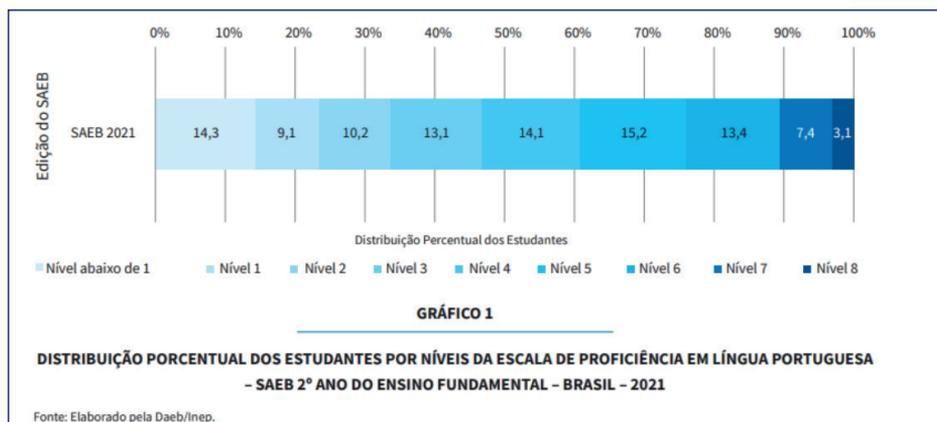
ção muito se foi questionado sobre as formas de ensinar; os métodos sintéticos ou os métodos analíticos eram questões que sempre foram vistas como fatores que justificaram o porquê do fracasso na alfabetização, colocando a culpa nos professores e nas famílias.

De acordo com dados das avaliações aplicadas pelo governo federal podemos verificar que a alfabetização fará ainda parte das agendas por um grande tempo, visto os números de crianças que ainda não são alfabetizadas na idade prevista pela Base Nacional Comum Curricular. O SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, que de acordo com a sua apresentação é o conjunto de avaliações aplicadas a cada dois anos a todos os alunos da rede pública e aos alunos da rede privada por amostragem para realizar diagnóstico da aprendizagem dos alunos. Os instrumentos são aplicados desde 1990, e passaram por mudanças ao longo do tempo, sendo que a partir de 2019 foi aplicado pela primeira vez aos alunos do segundo ano do ensino fundamental.

De acordo com os dados apresentados no relatório do SAEB de 2019 foram selecionados para fazer o teste do 2º ano do ensino fundamental, 84.273 alunos, pertencentes a 3.585 turmas de 2.795 escolas. O teste aplicado pelo SAEB de Língua Portuguesa avaliou os alunos de escolas públicas e particulares.

Abaixo apresentamos um recorte do site do SAEB de 2021, com os índices de alfabetização de alunos do 2º ano do ensino fundamental. Este recorte foi realizado em razão da orientação prescrita pela Base Nacional Comum Curricular, de que todas as crianças estejam alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental.

Figura 1: Distribuição porcentual dos estudantes por níveis de proficiência em Língua Portuguesa - SAEB 2º ano do Ensino Fundamental



Fonte: Relatório do SAEB 2021 - p.37

Nestes gráficos podemos verificar a distribuição percentual dos estudantes brasileiros matriculados no 2º ano do ensino fundamental, pelos níveis da escala de proficiência. A escala de proficiência de Língua Portuguesa do 2º ano do ensino fundamental possui oito níveis. Em cada um desses níveis estão localizados conhecimentos ou habilidades aferidas na avaliação. No nível 1, estão as habilidades ou os conhecimentos específicos menos complexos no processo de alfabetização e, no nível 8, os mais complexos. No ano de 2021 23,4% dos alunos se encontram nos níveis 1 e 2. A partir destes dados podemos inferir que essas crianças não têm domínio das habilidades ou conhecimentos menos complexos específicos correspondentes ao seu ano escolar. A maioria dos estudantes alcançou os níveis 5 e 6 da escala, nos resultados dos dois anos de aplicação do exame, enquanto os níveis mais desejados sete e oito foi alcançado por uma minoria.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2024 p.2), “no Brasil, em 2022, havia 9,6 milhões de pessoas com 15 anos de idade, ou mais, analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 5,6%”

A partir da leitura destes dados podemos perceber como a alfabetização mantém-se na demanda de políticas públicas educacionais, como uma necessidade da social, haja vista que, é um problema que, no Brasil, persiste há séculos, ou seja é um problema de política pública que apresenta um longo trajeto para que seja solucionado, para que tenhamos em nosso País, todas as crianças, jovens e adultos plenamente alfabetizados.

No ano de 2014 foi sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei nº 13.005/2014, que destaca a importância de ter uma Base Comum, na Meta 7, estratégia 7.1:

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (Brasil, 2014)

A determinação de todos esses documentos inclui uma Base como referência nacional para a construção dos currículos dos sistemas e das redes escolares em nível de Estados, Distrito Federal e municípios, assim como as propostas pedagógicas das unidades escolares. Com a instalação da BNCC em 2017, ela

se tornou uma diretriz na política nacional da educação básica para alinhamento de ações no que diz respeito à formação de professores, à elaboração de conteúdos educacionais, à avaliação, e aos critérios de infraestrutura adequada para o desenvolvimento da educação.

A BNCC de acordo com o pacto federativo firmado pela Lei nº 13.005/2014, depende da articulação entre estados e municípios para que o objetivo do documento seja concretizado. De acordo com o documento, nesta pactuação cada esfera tem funções e atribuições diferentes. Em nível federal a responsabilidade é de revisar a formação do professor para que este esteja de acordo com o que é descrito na BNCC; também compete à União a organização de materiais pedagógicos e a avaliação dos sistemas. Para tais ações, o Ministério da Educação e da Cultura conta com órgãos de apoio, como, o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Neste contexto da produção das leis, de materiais, e de avaliação, de acordo com o ciclo de políticas, a União, é representada pelo contexto de influência, sendo a macropolítica, local em que as leis são originadas, porém, podemos também, analisar a União no contexto da prática pois, em relação à questão da revisão da formação do professor, sua influência perpassam pela interpretação das universidades e de seus agentes, os professores universitários, que interpretarão a lei, o texto político, de acordo com seu referencial teórico, suas vivências e experiências, podendo até mesmo, a recriar um conceito de acordo com o seu entendimento, afetando diretamente o contexto da prática que irá acontecer na sala de aula, quando o aluno, formado por esse professor, estiver atuando em uma determinada rede, e, por força de lei, aplicando o currículo de seu Estado, de seu município, ou ainda de uma rede particular. Como Ball (1993 apud Mainardes, 2006 p. 53) o texto político adquire sentidos, significados, tornando-se discurso, sendo que o discurso de maior poder, refere-se ao texto publicado pelo governo federal, mas na apropriação deste, por meio da (re)interpretação, outros discursos são formados diante do contexto da prática. Isso ocorre, pois, como afirma Ball (1992), os contextos não são rígidos, nem estáticos, e que é necessário articular as perspectivas macro e micro.

A BNCC é constituída em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo nosso foco de análise nesse documento, a alfabetização e o letramento, que estão apresentados na etapa do ensino fundamental, na área de linguagens, nas competências específicas do componente de

língua portuguesa, nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Com o propósito de garantir o domínio de competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades essenciais que são relacionadas aos objetos de conhecimento, que são os conteúdos, conceitos e processos, que são organizados em unidades temáticas.

Ao adentrarmos mais um pouco na análise da Base, sobretudo na parte do ensino fundamental, componente curricular da língua portuguesa, o texto diz que o ensino fundamental é continuidade da educação infantil, mas é nos primeiros anos do ensino fundamental que a alfabetização será efetivada. De acordo com a BNCC (2017)

é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura, estratégias que visam que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), desta forma desenvolvendo consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada, obrigatoriamente, ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Em seu capítulo II, que trata do planejamento e organização, temos no artigo 5º:

A BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construírem ou revisarem os seus currículos. §1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e consequentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade. §2º

A implementação da BNCC deve superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada (Brasil, 2017).

Apoiado neste documento, o estado de São Paulo criou suas próprias diretrizes curriculares, que são utilizadas na rede estadual e em alguns municípios, como o em estudo. Assim, neste trabalho, analisamos a implementação da área de linguagens, componente curricular da Língua Portuguesa, nos dois anos iniciais do Ensino Fundamental no que diz respeito à área da alfabetização, nosso objeto de estudo.

O Currículo Paulista, que entrou em vigor em 2018, contempla as competências gerais apresentadas na BNCC e define e explicita as competências e as habilidades essenciais com foco no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes. Assim sendo, o Currículo, com o firmamento do pacto entre estados e municípios, tem o compromisso de assegurar educação de qualidade a todos os estudantes.

De acordo com Sacristán (2013), a definição de currículo pode ser como algo simples, ou seja, o que o aluno estuda, mas quando entendemos as dimensões que se cruzam em seus dilemas e situações, verificamos que não é tão simples e inocente o quanto se apresenta.

Pacheco (2003, p. 5) acredita que:

O currículo pode ser concebido como o espaço em que se desdobram, nas escolas e nas salas de aula, os fenômenos relacionados ao conhecimento escolar. Esse espaço, em meio às relações sociais que se travam entre professores e alunos, nas quais o conflito e o poder constituem ingredientes essenciais, contribuiu significativamente para a formação das identidades sociais de nossos estudantes. São compreensíveis, portanto, a notável ênfase no currículo e a crescente promoção de reformas curriculares em inúmeros países do mundo.

No tocante à alfabetização, o Currículo Paulista concentra os esforços nos dois primeiros anos do ensino fundamental, para que as crianças estejam completamente alfabetizadas até ao final do segundo ano, o que converge com a BNCC, como podemos comprovar pelo quadro abaixo:

Quadro 1- Competências Específicas de Linguagens para o ensino fundamental

BNCC	CURRÍCULO PAULISTA
1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.	1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.	2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação	3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.	4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.	5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.	6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Fonte: São Paulo, 2019, p. 25.

O quadro acima mostra que as competências específicas da área de linguagens da BNCC foram reiteradas na íntegra no Currículo Paulista. Adentrando o componente curricular Língua Portuguesa, temos a relação de competências específicas para o ensino fundamental:

Quadro 2 -Competências específicas de Língua Portuguesa

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA BNCC.	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NO CURRÍCULO PAULISTA.
1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.	1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.	2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.	3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.	4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.	5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.	6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.	7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA BNCC.	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NO CURRÍCULO PAULISTA.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).	8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.	9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.	10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Fonte: Elaborado pela autora com base na BNCC (Brasil, 2018, p. 87) e no Currículo Paulista (São Paulo, 2019, p. 73).

Assim sendo, verificamos que todas as competências do componente curricular Língua Portuguesa apresentadas na BNCC são reiteradas no Currículo Paulista sem nenhuma modificação.

O Currículo Paulista, que foi apresentado em agosto de 2019, seria implementado nos municípios do Estado a partir do ano de 2020. Com a Pandemia da Covid-19, os entes federados tiveram que propor ações emergenciais. No ano de 2021, o município do interior do Estado de São Paulo em estudo, de acordo com o Decreto nº 11.181, de 26 de janeiro de 2021, que dispõe sobre normas para o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Educação em caráter excepcional, estabelece as diretrizes para atendimento aos estudantes no ano letivo de 2021, e dá outras providências, propondo em seu Artigo 2º (2021, p.4) que a Secretaria Municipal de Educação estabeleça diretrizes aos estudantes para garantindo providências, a qual ressaltamos: “§ 16. Definir os objetivos de aprendizagem e habilidades essenciais do currículo a serem priorizados”.

A Resolução SME nº 008, de 26 de fevereiro de 2021, estabelece normas para o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Educação, em caráter excepcional, e estabelece as diretrizes para atendimento aos estudantes

no ano letivo de 2021 e dá outras providências para o planejamento do mesmo ano, destacando na Seção II- Dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem, no Artigo 7, o cumprimento do disposto no caput do artigo 2 da presente Resolução:

I. na Educação Básica, ao processo educativo que visa ao atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, previstos para cada etapa educacional, expressos nas competências previstas na BNCC e no Currículo Paulista desdobradas nas propostas pedagógicas das unidades escolares (Franca, 2021b, p. 21).

No Artigo 8, da Resolução SME nº 008, de 26 de fevereiro de 2021, fica instituído que, em caráter excepcional, a Rede Municipal de Ensino de Franca:

Art. 8º. Excepcionalmente, devido à pandemia da COVID-19, a Rede Municipal de Ensino de Franca fará a adoção de um continuum curricular de 02 (dois) anos escolares contínuos, 2020-2021, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular e as normas do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. (Franca, 2021b, p. 21)

Conforme o Decreto nº 11.181/2021 e Resolução SME Nº 008/2021, o planejamento pedagógico do ano de 2021 foi elaborado considerando o que foi ensinado em 2020 com base nas habilidades focais, com a reflexão do que foi aprendido e o que precisa ser ensinado e aprofundado, tendo como referencial o Currículo Paulista.

No ano de 2022, de acordo com a Resolução nº 007, de 03 de fevereiro de 2022, são estabelecidas normas para o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Educação e as diretrizes para atendimento aos estudantes no ano letivo de 2022, além de dar outras providências. No Capítulo II - do Processo Ensino e Aprendizagem, Seção I - Dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem, no Artigo 10 e Artigo 11, apresentam-se orientações para a flexibilização do Currículo, a fim de garantir as competências previstas na BNCC e no Currículo Paulista.

Para o planejamento escolar de 2022 foi elaborado o material Plano de Ação-Mapas de Foco/2022, visando apoiar e orientar o Planejamento Escolar do ano letivo em curso. O Plano de Ação - Mapas de Foco/2022 define, a partir do Currículo Paulista, as habilidades que devem ser priorizadas considerando

critérios de relevância, pertinência, integração e viabilidade, considerando a progressão das aprendizagens.

O Mapa de Foco foi utilizado nos anos de 2022 e 2023, sendo que neste último foi organizado o material Quadro Resumo, do Plano de Ação dos Mapas Focais, onde estão elencadas as habilidades focais, as habilidades relacionadas aos objetos do conhecimento nos 4 bimestres do ano letivo.

A partir do ano de 2024, a Secretaria Municipal de Educação de Franca não utiliza mais os Planos de Ação - Mapas de Foco, pois o Currículo Paulista está sendo implementado em sua totalidade.

Assim, temos que a concepção de alfabetização, prescrita na BNCC, foi contemplada pelo Currículo Paulista e este foi contemplado integralmente a implementação no município de Franca, mesmo sendo o município integrado ao Sistema Estadual de Educação nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n. 9.393, de 20 de dezembro de 1996, a qual propôs ações de ordem municipal para que a implementação fosse efetivada.

Ao relacionarmos esta implementação ao ciclo de políticas, Stephen Ball, Bowe e Gold (1992) apresenta a composição por três contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Respectivamente, o contexto da política proposta, o contexto da política de fato e o contexto da política em uso, sendo ampliado em 1994 mais 2 contextos: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. O contexto da influência é representado pelos contextos políticos que demonstraram a necessidade de um documento orientador comum para todo o país desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal. O contexto da produção de texto é demonstrado pelo texto da BNCC e dos textos políticos acerca da Base Nacional Comum Curricular. O contexto da prática tem como referência a BNCC, como documento orientador na construção do Currículo Paulista, e este também, na esfera estadual, pode ser considerado dentro do contexto da produção de texto, pois é o texto oficial para que os municípios do Estado de São Paulo, implementem-no em suas redes. O contexto da produção de textos deriva dos materiais produzidos para implementar o Currículo e atinge o contexto da prática, por meio dos materiais de formação, materiais de apoio (Habilidades Essenciais, Caderno do Aluno, Caderno do Professor). Este contexto também é constituído por outros atores, como por exemplo, o Instituto Reuna, que elaborou os mapas de foco com apoio de outros órgãos da rede privada. Essa política, ao ser recebida no município em estudo, é analisada e

implementada de acordo com orientações do governo do estado de São Paulo, mas também com orientações de cunho próprio, como verificamos nas resoluções, decretos, comunicados e organização de material próprio pelos agentes da Secretaria Municipal de Educação de Franca. Quanto ao contexto dos resultados, não é possível ainda ter dados, visto que toda essa implementação é muito recente e está em processo. Assim, verificamos que o ciclo de políticas proposto por Stephen Ball não é estático, mas sim interligado pelas arenas que o compõem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa busca ampliar e aprofundar a discussão sobre a concepção de alfabetização a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) até sua adaptação por um município do interior paulista, buscando compreender como a política de alfabetização se materializa nos diferentes níveis de gestão educacional. Para tanto, analisamos documentos oficiais: a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo Paulista e os documentos orientadores produzidos pelo município para a implementação do Currículo Paulista. Toda essa análise foi realizada tendo como metodologia o ciclo de políticas, instituído por Ball e Bowe (1992).

Ao analisar os documentos oficiais, constatou-se que a BNCC apresenta uma concepção de alfabetização que valoriza a continuidade das aprendizagens da Educação Infantil, a conclusão do processo nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental e a articulação com outras áreas do conhecimento. O Currículo Paulista, por sua vez, alinha-se à BNCC, detalhando as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos nessa etapa.

A implementação do Currículo Paulista no município em estudo, aconteceu de forma gradativa, devido à pandemia da Covid 19. Ao longo dos anos foram feitas orientações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação às unidades escolares, sendo que nos anos de 2020 e 2021, foram desenvolvidas as habilidades essenciais da BNCC, de acordo com orientações da Secretaria Estadual de Educação, nos anos de 2022 e 2023 foram desenvolvidas as habilidades focais da BNCC, sendo que o Currículo Paulista foi implementado de forma integral no ano letivo de 2024.

Sobre o ciclo de políticas foi possível analisar a interrelação dos contextos em cada uma das políticas, e como, principalmente, o contexto da influência e o contexto da prática são influenciados pelas relações de poder.

Consideramos que a presente pesquisa contribui para o debate sobre a implementação da BNCC, evidenciando os desafios e as oportunidades envolvidas nesse processo. Os resultados obtidos podem subsidiar a elaboração de propostas para a melhoria da formação de professores, a produção de materiais didáticos alinhados à BNCC e o acompanhamento da implementação da política de alfabetização nos municípios.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J., MAINARDES, Jefferson (Orgs.) **Políticas Educacionais questões e dilemas**. – São Paulo: Cortez, 2011.288 p.

BOWE, R., BALL,S.J., GOLD,A., **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. 1992. United Kingdom of Great Britain and Northern .Disponível em Ireland.<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000170696>. Acesso em 10 de jul.de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**.2017, 466p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 abr.. 2023.

BRASIL. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** - Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-l-ei-n-13-005-2014>, acesso em 10 de jan. de 2024.

BRASIL, **Portaria Nº 331**, De 5 De Abril De 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-331-de-5-de-abril-de-2018-9385655?inheritedRedirect=true>,acesso 10 de abril de 2023.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1995. 189p

CÁSSIO, Fernando. Catelli Jr, Roberto (organizadores). **Educação é a Base?** 23 Educadores discutem a BNCC. – São Paulo: Ação Educativa, 2019. 320p.

CECHINEL, A. et al. Estudo/análise documental: Uma revisão teórica e metodológica. UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. **Criar Educação** – PPGE – UNESC. Disponível em <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaedu/article/view/2446/2324>. Acesso em 25 de mar. De 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. In Ministério dos Direitos e Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/artigo-26deg-direito-a-educacao>. Acesso em 21 de julho de 2023.

FÁVERO, Altair Alberto. TONIETO, Carina. CONSALTÉR, Evandro. CENTENARO, Junior Bufon (Orgs.) **Política Educacional e à Teoria da Atuação**. Chapecó - SC, Livrologia, 2022. Disponível em [Abordagem do Ciclo de Políticas como episteme-todologia-https://drive.google.com/drive/folder...](https://drive.google.com/drive/folder...) Acesso em 28 de setembro de 2023.

FRANCA (SP). **Decreto nº 11.016, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Educação Municipal, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado municipal. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/1478-Extra-17032020.pdf>>.

FRANCA (SP). **Decreto nº 11.055, de 29 de maio de 2020**. Dispõe sobre a manutenção do estado de calamidade no Município de Franca e dá outras providências de combate e prevenção do COVID-19 e as medidas de flexibilização das atividades econômicas. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/1535-30052020.pdf>>.

FRANCA (SP). **Decreto nº 11.181, de 26 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre normas para o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Educação em caráter excepcional, estabelece as diretrizes para atendimento aos estudantes no ano letivo de 2021 e dá outras providências. Disponível em <<https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/11181-26012021.pdf>>.

sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/1707-27012021.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024

FRANCA (SP). **Resolução SME nº 008 de 26 de fevereiro de 2021**. Estabelece normas para o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Educação, em caráter excepcional, e estabelece as diretrizes para atendimento aos estudantes no ano letivo de 2021 e dá outras providências. Disponível em <<https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/1730-27022021.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FRANCA (SP). **Resolução SME nº 007 de 03 de fevereiro de 2022**. são estabelecidas normas para o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Educação e as diretrizes para atendimento aos estudantes no ano letivo de 2022, além de dar outras providências. Disponível em <<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/educacao/page-291>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. In: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf. Acesso em 20 de dez. de 2023.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. et al. **Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos**. Pro-Posições, Campinas, SP, V. 33, 2022.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 02, p. 57-63, 1996. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>>. Epub 18 Jul 2012. ISSN 2178-938X. Acesso em: 21 jul. 2023.

GOMES, C.S. et al. **Implementação do Currículo Paulista na rede municipal de ensino de Franca: impactos e desafios em tempos de pandemia**–Franca: UNESP-FCHS-Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. 2018, Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noti->

[cias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015](#), acesso em 10 de mar. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório de resultados do Saeb 2021** : volume 1 : 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e séries finais do Ensino Médio [recurso eletrônico]. / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. 278 p. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_1.pdf, acesso em 15 de dez. de 2023.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação**: Conceito e questões no contexto educacional. Disponível em: https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf. Acesso em 15 de dez. de 2023

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise Documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 10 de julho de 2023

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma abordagem do ciclo de políticas: uma construção para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

MAINARDES, Jefferson. MARCONDES, Maria Inês. **ENTREVISTA COM STEPHEN J. BALL**: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional: Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 27 de setembro 2023.

MORAIS.A.G., Políticas E Práticas De Alfabetização No Brasil, Hoje: Precisamos Continuar Resistindo E Aprendendo Com Paulo Freire. Revista Brasileira de Alfabetização | ISSN: 2446-8584 | Número 16 (Edição Especial) - 2022. Disponível em <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/584/390>. Acesso em 10 de fev. De 2024

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. 2019.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 25 de julho de 2023.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo, 1876-1994. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

PACHECO, José Augusto. Políticas Curriculares: referenciais para análise. Porto Alegre: ARTMED, 2003, p.144.

SACRISTÁN, J.G.et al. Tradução: LIMA, C.H.L. **Educar por competências**: o que há de novo?. Porto Alegre: Artmed, 2011. 264p.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**, 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J.G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**, Penso, 2013.

SANTOS, Sonia Maria. Rocha, Juliano Guerra. **História da Alfabetização e suas fontes**. Uberlândia: EDUFU, 2018. Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/historia_da_alfabetizacao_e_suas_fontes_edufu.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Currículo Paulista, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Educação escolar, currículo e sociedade**: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: Movimento - Revista de Educação - Programa de Pós graduação em educação - Universidade Federal Fluminense, isnn 2359-3296, ano 3, número 4, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i4.296>, acesso em 20 de dezembro de 2023.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42ed. , Campinas: Autores Associados, 2012. p.93.

SAVIANI, Demerval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise do projeto do MEC. 2007.<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027> <https://www.scielo.br/j/es/>

SÃ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, GUINDANI,Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas, **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - Julho de 2009 www.rbhcs.com

ISSN: 2175-3423, disponível em https://siposg.furg.br/selecao/download/1123/pesquisa_documental.pdf, acesso em 29 de abril de 2024.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013

SHIROMA, E.O., MORAES, M.C.M, EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 144.

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 5, p. 1–22, 2019. DOI: 10.5212/retepe.v.5.14425.003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425>. Acesso em: 10 de nov.de 2023.

SHIROMA, E. O.; ZANARDINI, I. M. S. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp1, p. 693–714, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp1.13785. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13785>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, M. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 janeiro de 2024.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Jan /Fev /Mar /Abr 2004 No 25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?format=pdf>. Acesso em 28 de jun. De 2023.

TFOUNI, L. V., Monte-Serrat, D. M., & Bueno Martha, D. J. (2013). **A abordagem histórica do letramento**: ecos da memória na atualidade. *Scripta*, 17(32), 23-48. <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2013v17n32p23>